



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
 CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0001434-29.2008.8.26.0233**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Joao Gonçalves e Paulo Cesar Duarte**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Aos 28/02/2014 13:50:05 faço estes autos conclusos ao
 MM. 1º Juiz Auxiliar. Eu, (a) esc., subscrevi.

RELATÓRIO

Joao Gonçalves e Paulo Cesar Duarte foi(ram) denunciado(a)(s)

(a) João Gonçalves, como incurso no art. 168, § 1º, III do CP porque, em 12/08/08, por volta das 18h20min, no Posto 4 Irmãos, situado na Rua José Mascagna, s/n, na condição de motorista de carga de álcool de propriedade da empresa Transportadora Danglares Duarte, da qual era empregado, tendo a posse do combustível em razão do emprego, teria se apropriado do álcool, estacionando-o nos fundos do posto de combustíveis, passando a vendê-lo, clandestinamente, a Paulo Cesar Duarte;

(b) Paulo Cesar Duarte, como incurso no art. 180 do CP, porque teria adquirido o combustível acima mencionado, da pessoa de João Gonçalves, sabendo-o produto de crime.

A denúncia foi recebida em **02/03/09** (fls. 115), os acusados foram citados (Paulo, fls. 126; João, fls. 128) e apresentaram resposta (fls. 130/135, 145/146), não sendo absolvidos sumariamente e inaugurando-se a instrução criminal, ao longo da qual ouviram-se testemunhas (CD, fls. 217; CD, fls. 271; CD, fls. 291; CD, fls. 334), e foram interrogados os acusados (CD, fls. 291). As partes apresentaram memoriais (fls. 337/341,, 345/349, 355/356, 358).

FUNDAMENTAÇÃO

A **materialidade delitiva** e a **autoria** estão comprovadas, inicialmente, pelo auto de prisão em flagrante (fls. 02/08), auto de exibição e apreensão do combustível (fls. 12) e auto de entrega à vítima (fls. 14) .

Quanto à prova oral colhida, os PMs Marinho Sorrentino (CD, fls. 291) e Valdemir Galone (CD, fls. 334) declararam que, na ocasião, flagraram os acusados no momento em que retiravam o combustível do caminhão da transportadora – da qual João Gonçalves era motorista – para colocá-lo no veículo do acusado Paulo Cesar Duarte. O primeiro estava vendendo combustível ao segundo. Alguns galões já estavam dentro do veículo do segundo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
 CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Nelson Francisco da Silva (CD, fls. 217) é gerente da transportadora-vítima, confirmou que João Gonçalves era motorista e estava transportando álcool para a cidade de Santos. A testemunha foi avisada por telefone, na data dos fatos, de que o motorista havia desviado a rot e foi preso em flagrante vendendo combustível.

Os acusados negaram os crimes, nos interrogatórios (CD, fls. 291), sustentando que João Gonçalves doou 30 litros de álcool a Paulo Cesar Duarte, versão que, como vimos acima, não tem apoio probatório.

Passo à dosimetria da pena (sistema trifásico: art. 68, caput CP).

1- JOÃO GONÇALVES

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): não há circunstâncias negativas.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): não há agravantes ou atenuantes.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): incide a majorante do art. 168, § 1º, III do CP, pois o acusado estava transportando o combustível, do qual se apropriou, na condição de motorista da transportadora vítima.

Pena definitiva: 01 ano e 04 meses.

Regime Inicial: aberto.

Substituição por Penas Alternativas: cabível, por uma de prestação de serviços e uma de proibição de frequentar determinados lugares.

Multa Cominada: imposta no mínimo, considerada, preponderantemente, a condição econômica do acusado.

2- PAULO CÉSAR DUARTE

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): a pena é aumentada em 1/6 em razão do antecedente criminal do acusado (fls. 14, apenso).

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): não há.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): não há.

Pena definitiva: 01 ano e 02 meses.

Regime Inicial: aberto.

Substituição por Penas Alternativas: cabível, por uma de prestação de serviços e uma de proibição de frequentar determinados lugares.

Multa Cominada: imposta no mínimo, considerada, preponderantemente, a condição econômica do acusado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
 CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **julgo procedente** a ação penal e:

A) **CONDENO** o acusado Joao Gonçalves como incurso no art. 168, § 1º, III do CP, aplicando-lhe, em consequência, as penas de (1) 01 ano e 04 meses de reclusão em regime aberto, substituída por prestação de serviços à comunidade e proibição de frequentar determinados lugares (2) multa de 10 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo;

B) **CONDENO** o acusado Paulo Cesar Duarte como incurso no art. 180, caput do CP, aplicando-lhe, em consequência, as penas de (1) 01 ano e 02 meses de reclusão em regime aberto, substituída por prestação de serviços à comunidade e proibição de frequentar determinados lugares (2) multa de 10 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo.

Se não houver recurso da acusação, fica desde já **declarada a extinção da punibilidade** dos acusados, com fulcro no art. 107, IV, primeira figura c/c art. 109, V c/c art. 110, § 1º, todos do Código Penal, uma vez que desde o recebimento da denúncia até a prolação desta sentença transcorreram mais de 04 anos.

Intime-se primeiramente o Ministério Público.

Somente se houver recurso do Ministério Público haverá a necessidade de intimação pessoal dos acusados a respeito da sentença, pois se não houver recurso, já foi declarada a extinção da punibilidade, que dispensa intimação pessoal.

Transitada em julgado (a) expeça-se certidão de honorários em favor dos defensores nomeados, no máximo (b) façam-se as comunicações necessárias, observando-se que se prevalecer a extinção da punibilidade, as comunicações não devem mencionar a condenação, e sim a extinção da punibilidade (c) quanto ao que foi apreendido (fls. 12), observo que o combustível já foi entregue à empresa-vítima (fls. 14); *determino a destruição ou inutilização dos demais bens*, salvo o dinheiro depositado em fiança (fls. 82), que deverá ser restituído ao acusado Paulo Cesar Duarte, salientando-se que o restante já foi levantado pelo acusado em questão (fls. 80).

Após, arquivem-se.

P.R.I.

Ibaté, 16 de outubro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Aos 16/10/2014 recebi os presentes autos em cartório. Eu,
 (a) esc., subscrevi.